

A EVOLUÇÃO RECENTE DO CRÉDITO E SUA PARTICIPAÇÃO NO COMBATE A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Carlos Eduardo Lopes do Nascimento¹

RESUMO

Este artigo analisa o desenvolvimento do crédito no cenário nacional, tendo como ponto de partida os anos 2000, apresentando o comportamento do spread bancário, a evolução do crédito ao longo deste período e a atuação do governo brasileiro no combate à crise financeira internacional. O primeiro conteúdo a ser estudado será o comportamento do *spread* bancário, apresentando sua definição e composição. Em seguida será feita uma análise do crédito a partir dos anos 2000 e por fim a atuação do governo brasileiro ante a crise internacional e a importância do fornecimento do crédito pelos bancos públicos em seu combate.

PALAVRAS-CHAVE: CRÉDITO. BANCOS. CRISE INTERNACIONAL. SPREAD.

¹ Bacharel em Economia pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior.

INTRODUÇÃO

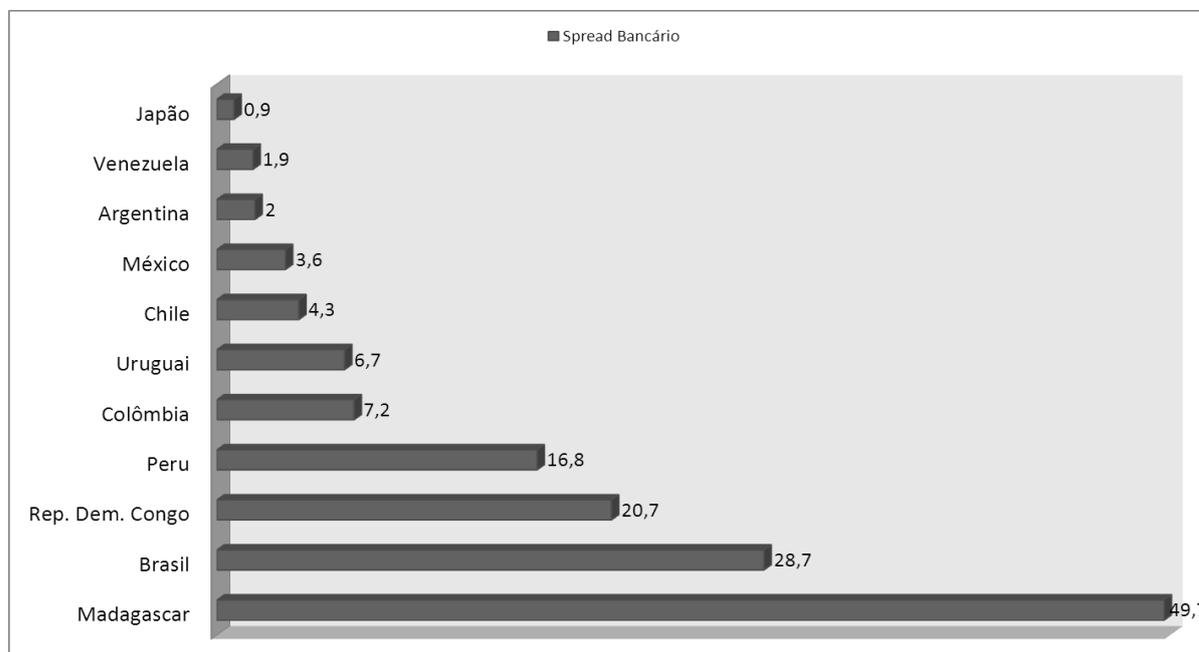
Na década de 90 os bancos enfrentaram uma série de adaptações para sobreviver ao novo cenário de inflação estabilizada, o qual encerrou seus ganhos com receitas inflacionárias. Assim, após todo um processo de renovação do setor e de busca por atividades lucrativas, no início dos anos 2000 os bancos começaram a aumentar suas operações de crédito impulsionado em grande parte pela queda dos índices de *spread* bancário apresentada.

Ao longo deste período a oferta de crédito manteve-se em expansão, hora sob a liderança dos bancos privados públicos, hora sobre a liderança dos bancos públicos auxiliando no combate aos efeitos da crise financeira no país. Este artigo busca, através de consultas a artigos e relatórios disponibilizados pelo Banco Central, analisar esta evolução e descrever os aspectos do crédito ao longo deste período, assim como a participação de cada setor do sistema bancário em distribuição.

1 COMPOSIÇÃO E COMPORTAMENTO DO SPREAD BANCÁRIO

Oreiro et al. (2006) define o *spread* bancário como sendo a diferença entre a taxa de aplicação nas operações de empréstimo e a taxa de captação de recursos adotada pelas instituições financeiras. O autor ainda destaca um levantamento feito pelo FMI que afirma que as taxas de juros nacionais estão entre as mais elevadas do mundo. De fato, como pode ser observado através do Gráfico 1, segundo os dados do Banco Mundial o *spread* praticado em 2012 o Brasil só não é mais elevado que o *spread* praticado em Madagascar

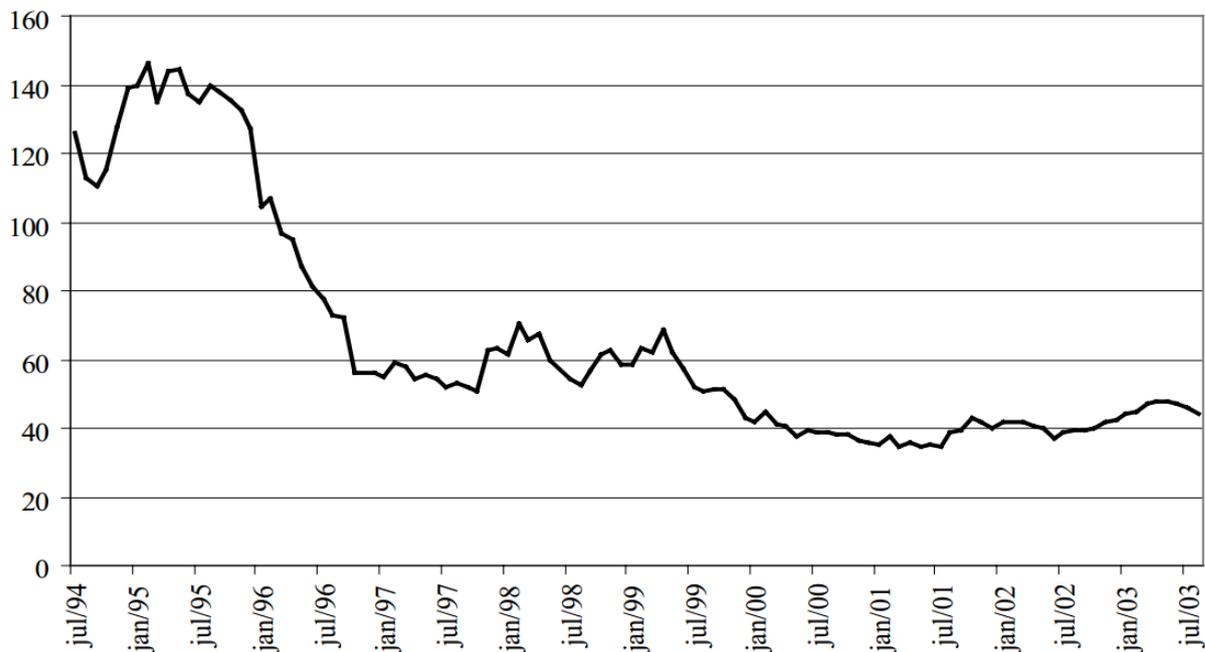
Gráfico1 Spread Bancário Internacional Praticado em 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial

Contudo, a comparação com outros países não significa que não tenha havido alguma melhoria dos índices de *spread* praticado no Brasil. Segundo Afonso, Köhler e Freitas (2009) no período pós-PlanoReal é possível observar uma redução substancial no total do *spread* bancário. Neste período a sociedade ainda não confiava na estabilidade da nova moeda e com isso aceitavam se financiar a taxas de juros muito elevadas, baseados na crença que a taxa de juros voltaria e com isso levaria as altas taxas de juros para índices negativos em termos de juros reais. Em contrapartida, os bancos mantinham as taxas de juros elevadas para compensar a perda ocasionada pelo controle da inflação. O Gráfico 2 demonstra o comportamento deste período.

Gráfico 2: Evolução do Spread Bancário no Brasil Pós Plano Real



Fonte: (Oreiro et al, 2006, p 620)

Afonso, Köhler e Freitas (2009) apontam que os juros foram declinando conforme o Plano Real adquiria credibilidade, intensificando-se até o ano de 1997, quando eclodiu a crise da Ásia que aumentou o grau de incerteza, fazendo com que as taxas de juros voltassem a crescer.

Observando a trajetória histórica do *spread* os autores concluem que após sucessivas crises o índice voltou a entrar em uma tendência de queda, coincidindo com o ambiente de estabilidade macroeconômica que estava sendo delineado naquele período, fruto de um compromisso assumido pelo governo com a sustentabilidade das contas públicas e da introdução e consolidação do regime de metas.

Desde 2000 o *spread* tem acompanhado o desempenho macroeconômico da economia brasileira. Contudo é muito claro que sua volatilidade tem sido menor nessa década do que na anterior. (idem ibidem)

Em seu estudo, Oliveira (apud Oreiro et al, 2006) determina as características principais da evolução do *spread* após a implementação do Plano Real da seguinte maneira:

1 - Queda vertiginosa dos *spreads* desde a implementação do Plano Real. Porém, ainda apresentando níveis muito elevados;

2 - Recolhimento compulsório sobre as operações ativas no período posterior ao Plano Real como fator determinante para os elevadíssimos níveis alcançados pelos *spreads* nesse período;

3 - *Spreads* cobrados em operações com pessoas físicas bem superiores aos praticados em operações com pessoas jurídicas;

4 - As margens cobradas em operações de crédito pelos bancos são suscetíveis às mudanças do cenário macroeconômico, sejam elas provenientes de choques externos ou domésticos; e

5 - Tendência de queda do *spread* a partir de 1999. Embora significativa, apresenta-se bem menos acentuada que a apresentada nos primeiros anos da nova moeda.

No Brasil, a decomposição do *spread* feita pelo Banco Central divide-se em cinco componentes: custo administrativo, inadimplência, custo compulsório, tributos e taxas e resíduo. Afonso, Köhler e Freitas (2009) as descrevem da seguinte forma:

I – Custo Administrativo: custos com os insumos utilizados pela instituição bancária, exemplo: capital físico, trabalho, recursos operacionais e depósitos. Ao estudar a composição do *spread* observou-se que a forma como as instituições bancárias alocam estes custos, em seus diferentes serviços, afeta diretamente a sua decomposição;

II – Inadimplência: tem equivalência de 20% das provisões para devedores considerados duvidosos, o calculo é feito seguindo as regras do provisionamento estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os autores ressaltam que esta mensuração refere-se à inadimplência ocorrida. Entretanto, para as instituições financeiras o que interessa é a inadimplência esperada. Assim, em períodos em que as instituições bancárias esperam um aumento futuro da inadimplência, mas ainda não concretizado, o *spread* tende a ser elevado, e a decomposição, apontaria, de maneira equivocada, que houve uma queda na participação da inadimplência na composição do *spread*, e conseqüentemente um aumento da participação do resíduo;

III – Custo do Compulsório: referente ao custo de oportunidade que os bancos incorrem por deixar parte dos seus depósitos à vista e a prazo depositados no Banco Central com rendimentos inferiores aos que conseguiriam caso fosse possível emprestar os recursos. O fato é que quanto maior o compulsório maior será o *spread*, pois, tudo mais constante, alíquotas do compulsório mais elevadas implicam em menor oferta de crédito. Porém, os autores defendem que este impacto não deveria ser calculado desta forma, pois não há provas deste custo de oportunidade. Segundo eles, a ideia de custo de oportunidade por estar associada a aplicações alternativas de capital não se aplica a este caso. Ainda ressaltam que por se tratar de um conceito econômico, e não contábil, este item não deveria fazer parte da decomposição apresentada;

IV – Tributos e Taxas: são os tributos diretos, como IOF, PIS, COFINS e ISS, além do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

V – Resíduos: Diferença entre o *spread* total e a soma dos quatro componentes anteriores. Pode representar a margem auferida pelo banco, contudo, inclui outros fatores, como os erros de mensuração e, argumenta-se, subsídios cruzados, originados pela limitação de juros imposta nos empréstimos com recursos direcionados (como crédito rural e repasses do BNDES), que induziriam os bancos a tentar buscar lucro perdido nessas ações em operações de segmentos livres.

Oreiro et al (2006) assume que uma das primeiras hipóteses para os altos *spreads* praticados no país seria o poder de mercado que os bancos possuem, evidenciados pelo aumento da concentração bancária pós Plano Real. Diante deste cenário os bancos possuem pouco incentivo para aumentar sua eficiência operacional, utilizando assim as altas taxas de *spread* como forma de gerar receita suficiente para cobrir os seus custos elevados ou como fruto de sua capacidade de precificar os seus serviços em patamares superiores ao custo marginal de produção dos seus serviços.

Entretanto, segundo o autor fatores macroeconômicos também possuem importância para a determinação dos *spreads* no Brasil. Dentre as explicações as que mais se destacam em seu estudo são:

I – Elevada volatilidade da taxa de juros: responsável pelo aumento do risco de juros e do grau de aversão ao risco;

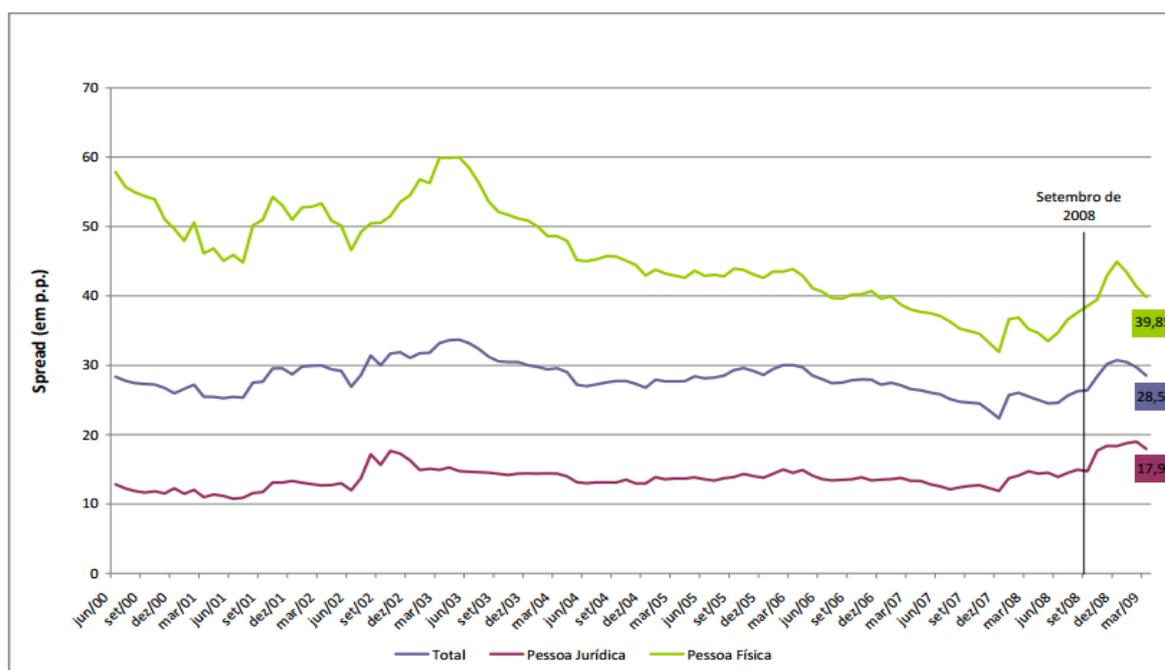
II – O nível da taxa de juros: que podem servir tanto como piso para as taxas de empréstimo como “custos de oportunidade” para as operações de empréstimo, decorrente da indexação à taxa Selic de parte da dívida pública;

III – A produção industrial: a maior demanda por crédito trouxe uma maior traz maiores taxas de empréstimos.

Afonso, Köhler e Freitas (2009) esclarecem que a estimativa feita pelo Bacen do spread é efetuada somente para um subconjunto das operações de crédito, as chamadas operações livres referenciadas.

A opção de considerar todas as operações ou somente o segmento livre depende do objetivo do estudo. Se o objetivo for conhecer o custo do crédito no Brasil, o mais correto é, de fato, utilizar a amostra completa, incluindo créditos direcionados. Já se a preocupação for de implementação de políticas, o mais apropriado seria se concentrar no crédito livre, uma vez que seria esse segmento que sofreria preponderantemente o impacto de medidas como desoneração fiscal ou alteração nas condições de concorrência.(Afonso, Köhler e Freitas2009, p. 21).

Gráfico 3: Evolução do spread à partir de junho de 2000, por tipo de tomador



Fonte: Afonso, Köhler e Freitas (2009)

O termo livre diz respeito à modalidade de crédito nas quais os custos financeiros são pactuados de forma livre entre os bancos e os tomadores. Enquanto

o termo referenciado diz respeito às modalidades de crédito livre contempladas na Circular nº 2957, de 1999, do Bacen. Esta circular estipula a obrigatoriedade dos bancos em informar os valores e as taxas de juros cobradas nas operações de crédito de algumas modalidades.

A análise do Gráfico 3 deixa clara a diferença entre o spread cobrado entre pessoas físicas e jurídicas. Afonso, Köhler e Freitas (2009) trazem três possíveis explicações para isto: Primeiramente, o custo por real emprestado tende a ser maior para pessoas físicas. Em segundo lugar, a taxa de inadimplência é menor para pessoas jurídicas. Por fim, o mercado para o financiamento de pessoas jurídicas possui como característica uma concorrência maior. Isso acontece porque as empresas possuem contas-corrente em mais de um banco, o que permite, por um lado, que mais instituições conheçam seu histórico e analisem os seus riscos e, por outro lado, que a firma possa buscar taxas mais baixas sem a necessidade de maiores gastos.

Os autores trazem que no período entre 2003 e 2007 a queda observada no *spread* total teve a contribuição de uma série de mudanças macroeconômicas, como o crescimento econômico, queda da taxa SELIC e a melhoria das contas públicas. Além de avanços institucionais com relação às garantias aos credores, por exemplo: novo regime falimentar (Lei nº 11.101, de 2005); a ampliação da alienação fiduciária; a possibilidade de penhora eletrônica (BacenJud); a implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, a introdução do patrimônio de afetação e a melhoria do grau de garantia da Cédula de Crédito Bancário.

Para Afonso, Köhler e Freitas (2009) o novo aumento do *spread* observado ao longo do ano de 2008, bem antes de irromper a crise financeira global e a recessão do Brasil, tem como motivo, até o terceiro trimestre deste ano, o aquecimento da economia e do conseqüente aumento da demanda por crédito. No quarto trimestre a tendência de aumento intensifica por conta da crise internacional que derrubou a oferta de crédito e aumentou a inadimplência, tanto a ocorrida quanto a esperada.

Em um cenário mais recente o relatório anual da Febraban (2012) as taxas de juros e os *spreads* bancários registram uma trajetória de baixa no país. Para a instituição esta redução é uma resposta imediata a um ambiente que combinou juros menores e economia em ritmo mais lento.

O desempenho dos bancos em 2012, que se apresentou inferior com relação ao ano anterior, refletiu estes dois fatores: nível menor da atividade econômica e *spreads* reduzidos. O relatório afirma que enquanto não se alcança um novo cenário onde haja mais investimentos, os bancos fazem menos negócios, reduzem margem, em um ambiente mais competitivo, e registram queda do desempenho.

Dentro desse cenário que se formou na economia brasileira em 2012, os bancos entraram em 2013 com novas exigências e desafios, que se traduzem na busca de mais eficiência por meio de redução de custos, maior racionalização dos processos, captura de novos mercados e negócios e mais rigor na concessão de crédito, principalmente para as instituições privadas, já que os bancos públicos ampliaram suas carteiras de crédito e sua fatia no mercado. Do ponto de vista macroeconômico, o maior desafio está na retomada dos investimentos dentro de uma perspectiva de atividade econômica mais forte. (FEBRABAN, 2012, p. 29)

Por fim, vale lembrar que a avaliação dos determinantes do *spread* brasileiro é baseada em uma decomposição contábil. Afonso, Köhler e Freitas (2009) explicam que, mesmo sendo um exercício importante porque permite avaliar, ex-post, a formação do *spread*, este método não incorpora a reação dos agentes econômicos a alterações de variáveis, assim não permite que seja feita inferências. Em suma, se ao estudar um caso a decomposição indique que 10% do *spread* somos representados pelo custo causado pela tributação direta e indireta, não há como garantir que o impacto no *spread* da eliminação da tributação seja de 10%. Quanto desta redução será repassado para o tomador irá depender da elasticidade de oferta e demanda o que torna impossível prever com precisão qual será o comportamento do *spread* nos próximos anos.

2 EVOLUÇÃO RECENTE DO CRÉDITO BANCÁRIO

Segundo Correa et al (2010), o Brasil possui como característica uma economia de baixo crescimento marcada por um comportamento a la “stop and go”, além de ter vivenciado várias crises externas (crise mexicana, crise asiática, crise russa, crise brasileira, crise argentina, etc.) que fizeram com que a oferta de crédito, depois de ter apresentado um boom pós-sucesso da estabilização de preços a partir

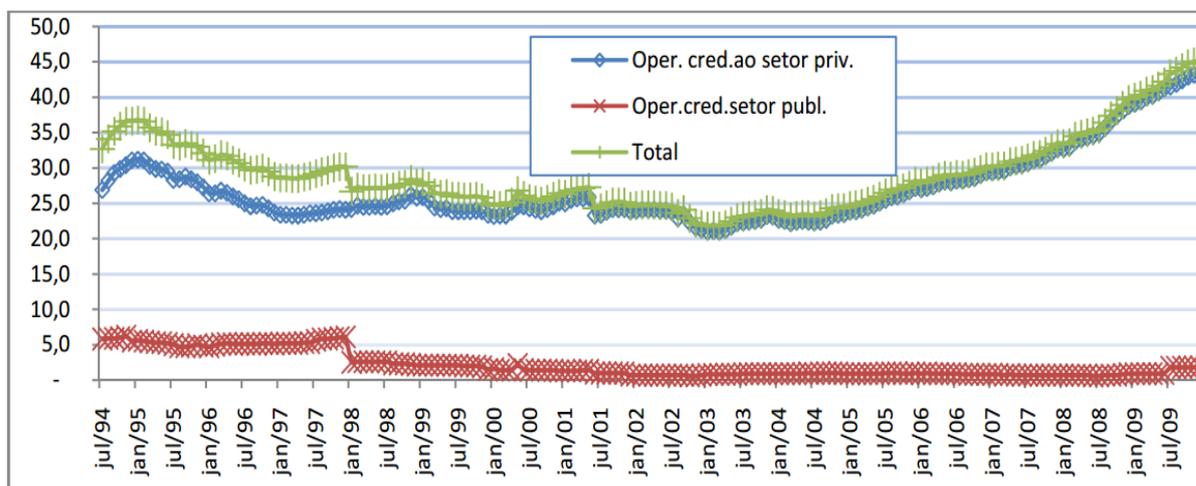
da implantação do Real em julho de 1994, fosse, basicamente, declinante no período de 1995-2003.

No gráfico nº 4 é possível observar a relação crédito total sobre PIB deste período, onde em maio de 1995 ela se encontrava em 35,1% caindo para 21,8% em março de 2003. O combate travado para que as crises externas não causassem uma crise bancária no país forçou a adoção de medidas de política macroeconômica, como, por exemplo, a política de juros elevados como mecanismo de defesa a volatilidade dos fluxos de capitais, cujos custos refletiram na dívida do Estado.

Outra característica do período de 1995-2003 apontada pelos autores é a queda das operações de crédito para o setor público, que caíram de cerca de 5-6% em 1994-1997 para menos de 1% do PIB a partir de 2002. Isso se deveu ao fato do país ter passado por mudanças estruturais importantes no setor bancário com a implementação do Plano Real.

Devido às medidas adotadas, como a implementação do Proer e a onda de privatização dos bancos públicos estaduais, o setor bancário nacional viu a participação dos bancos públicos neste setor reduzir de forma expressiva enquanto a participação dos bancos estrangeiros demonstrava um crescimento significativo. O Gráfico 5 traz as variações de crédito por controle de capital onde é possível observar que a maior queda é vivida pelos bancos públicos (federais e estaduais), cujo crédito que representava 20,9% do PIB em janeiro de 1995 passou a representar apenas 8,2% em janeiro de 2003, enquanto os bancos estrangeiros cresceram de 3% em setembro de 1996 para 6,9% em outubro de 2001. Entretanto, a partir de 2003 é possível observar uma tendência de crescimento na oferta de crédito.

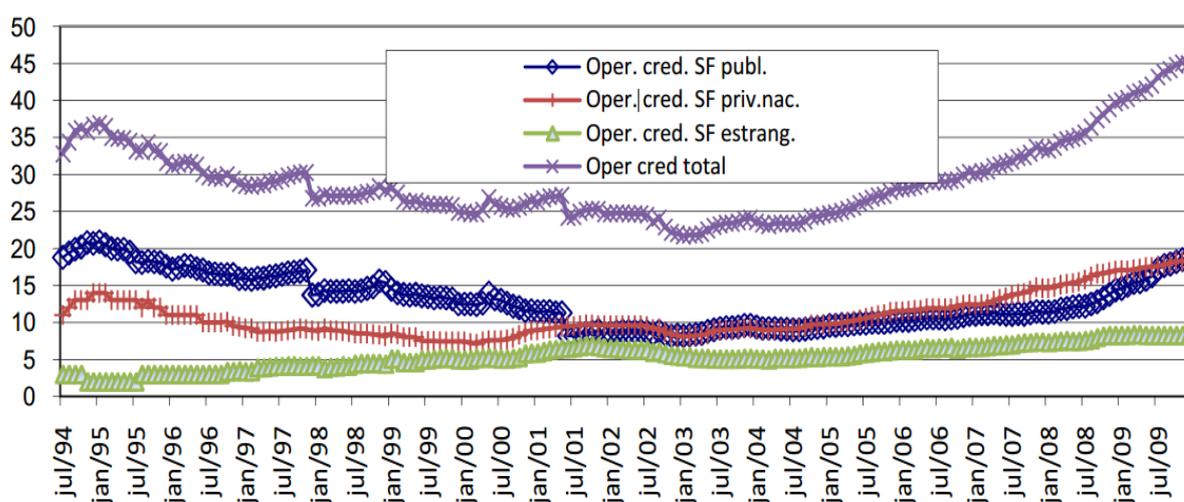
Gráfico 4: Operações de Crédito sobre o PIB (%)



Fonte: Paula et al (2010) (Feito a partir dos dados do Banco Central)

Assim, os autores observam em seu estudo um crescimento gradual e sustentado do crédito bancário no Brasil, onde a participação no PIB cresceu de 22% em abril de 2003 para 45% em dezembro de 2009. É válido ressaltar que no ano de 2003 foi editado o “pacote de microcrédito”, um conjunto de medidas que possuem como objetivo ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda que tem se mostrado muito eficiente em seu propósito ao longo deste período.

Gráfico 5: Operações de crédito por controle de Capital (% PIB)



Fonte: Paula et al (2010) (Feito a partir dos dados do Banco Central)

Analisando a evolução do crédito total oferecido no país, de acordo com o último relatório do Banco Central do Brasil (2012), apesar de apresentarem um ritmo mais moderado, as operações de crédito do sistema financeiro mantiveram-se em expansão.

É preciso dizer que devido à experiência com a crise vivenciada em meados de 2008 foram adotadas medidas que visaram maior detalhamento de linhas de crédito consolidadas ao longo do tempo, como financiamentos imobiliário, rural e com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas inovações caracterizaram um avanço importante e contribuem para a classificação mais precisa e uniforme das informações produzidas.

Diante deste fato, já considerando as novas estruturas de dados, a tabela 1 traz o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro o qual alcançou R\$2,368 trilhões em dezembro de 2012, com expansão anual de 16,4%, ante 18,8% em 2011 e de 20,6% comparado a 2010. No quesito representação relativa do PIB observa-se uma margem de 45,4% em 2010, que evolui para 49,1% em 2011 alcançando 53,8% em 2012.

O relatório aponta:

a expansão do crédito ao longo da última década e sua crescente importância como elemento transmissor de política monetária, aliadas às transformações ocorridas nos mercados financeiros, especialmente a partir da crise de 2008, ensejaram oportunidade de aprimoramento e ampliação da base de dados de crédito. (BANCO CENTRAL DO BRASIL 2012, p. 9).

Tabela 1 - Evolução do crédito 2010-2012

Discriminação	2010	2011	2012	R\$ bilhões	
				Variação %	
				2011	2012
Total	1 712,7	2 034,0	2 368,4	18,8	16,4
Pessoas jurídicas	936,3	1 112,9	1 292,5	18,9	16,1
Recursos livres	502,6	603,8	706,5	20,1	17,0
Direcionados	433,7	509,1	586,0	17,4	15,1
Pessoas físicas	776,4	921,1	1 075,9	18,6	16,8
Recursos livres	555,2	628,4	692,7	13,2	10,2
Direcionados	221,2	292,7	383,2	32,3	30,9
Participação %:					
Total/PIB	45,4	49,1	53,8		
Pessoas jurídicas/PIB	24,8	26,9	29,4		
Pessoas físicas/PIB	20,6	22,2	24,4		
Recursos livres/PIB	28,1	29,7	31,8		
Recursos direcionados/PIB	17,4	19,4	22,0		

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL(2012)

A Tabela 6 traz a representação da evolução do crédito com recursos livres e direcionados no período de 2010-2012. Segundo o último relatório do Banco Central o saldo de empréstimos com recursos livres das operações com os dois tomadores alcançou R\$1,399 trilhão em dezembro de 2012, o que correspondeu a 31,8% do PIB e a um crescimento de 13,6%. Com relação à participação no crédito total no sistema financeiro representou 59,1%, ante 60,6% em 2011.

Já o estoque de financiamentos com recursos direcionados atingiu R\$969 bilhões em 2012, cerca de 22% do PIB, representando uma expansão anual de 30,9% e participação de 40,9% no total de crédito.

Como pode ser observado na tabela 2, houve um avanço de 17% nas carteiras de pessoas jurídicas referente aos recursos livres que totaliza R\$ 706 bilhões, onde se destacam os aumentos nas modalidades de capital de giro, nos adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC) e nos repasses externos.

Do total de créditos direcionados, os empréstimos a pessoas jurídicas atingiram o patamar de 60,5%, crescendo 15,1% no ano, somando R\$586 bilhões, destacando-se os financiamentos para capital de giro e investimentos, com recursos

do BNDES; e crédito imobiliário, que se destinou, quase em sua totalidade, a financiar a construção de unidades habitacionais.

Tabela 2: Crédito a Pessoas Jurídicas 2010 - 2012 - Saldos

Discriminação	2010	2011	2012	R\$ bilhões	
				Variação %	
				2011	2012
Recursos livres	502,6	603,8	706,5	20,1	17,0
Capital de giro	264,4	310,1	366,4	17,3	18,2
Conta garantida	36,5	43,7	43,1	19,6	-1,3
ACC	29,4	39,7	45,9	35,1	15,8
Financiamentos a exportadores	15,9	28,0	36,9	76,1	31,5
Demais	156,5	182,3	214,2	16,5	17,5
Recursos direcionados	433,7	509,1	586,0	17,4	15,1
BNDES	333,4	393,4	446,7	18,0	13,6
Imobiliário	22,4	32,2	42,9	43,5	33,4
Rural	37,8	43,3	48,8	14,5	12,6
Demais	40,0	40,2	47,6	0,5	18,3

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2012)

Na tabela 3 analisando os recursos livres é possível observar que um crescimento de 10,2% na carteira de pessoa física, correspondendo a um total de R\$ 692,7 bilhões, onde se observa as expansões do crédito consignado, cartão de crédito a vista e aquisição de veículos, bem como recuo das operações de arrendamento mercantil.

E referente ao crédito com recursos direcionados que foi concedido a pessoas físicas, em 2012 a expansão alcançou 30,9% com estoque de R\$383 bilhões, com destaque para os financiamentos imobiliário e rural.

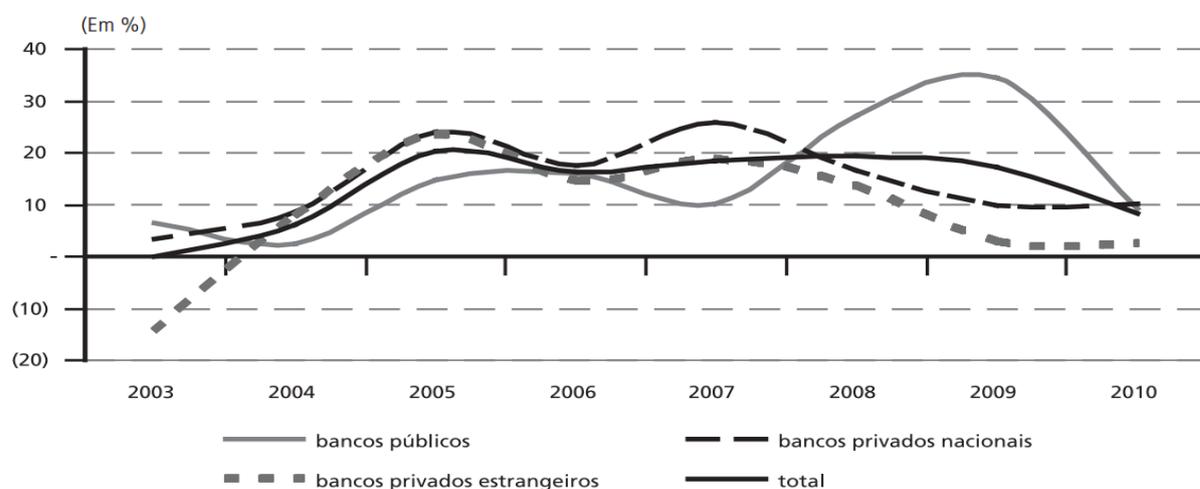
Tabela 3: Crédito a pessoas físicas 2010 - 2012 – Saldos

Discriminação	2010	2011	2012	R\$ bilhões	
				Variação %	
				2011	2012
Recursos livres	555,2	628,4	692,7	13,2	10,2
Crédito pessoal	201,6	238,9	279,1	18,5	16,9
Consignado	136,3	159,3	188,9	16,9	18,5
Aquisição de veículos	140,3	177,7	193,2	26,6	8,8
Cartão de crédito	100,1	114,0	126,5	13,9	11,0
Cheque especial	16,3	17,6	18,3	8,2	4,0
Demais	96,9	80,2	75,6	-17,2	-5,8
Recursos direcionados	221,2	292,7	383,2	32,3	30,9
BNDES	22,3	24,8	29,2	11,1	17,8
Imobiliário	131,3	189,4	255,4	44,2	34,8
Rural	61,4	72,6	90,7	18,3	24,8
Demais	6,2	5,9	8,0	-4,6	36,1

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2012)

Por fim, Araújo (2012) aponta que durante o ciclo de expansão do crédito os houve uma reviravolta na participação dos bancos públicos, os quais apresentavam uma atuação conservadora até a eclosão da crise financeira internacional de 2008-2009. O Gráfico 6 demonstra a evolução do comportamento por cada segmento.

Gráfico 6: Crédito Total – taxa de crescimento total por propriedade de capital (2003-2010)



Movidas pela necessidade de obtenção de resultados econômico-financeiros, estas instituições não foram capazes de interpretar o ambiente macroeconômico como favorável à redução de suas posições em ativos mais líquidos em prol das operações de crédito e arrendamento mercantil, tal como fizeram as instituições de capital privado. Os dados apresentados referentes a atuação destas entidades sugerem que os bancos públicos não só registraram um grau de preferência pela liquidez em geral superior à dos bancos privados, como também sugerem resistência à queda até a crise financeira. Porém a partir da eclosão da crise financeira mundial as curvas se invertem com os bancos públicos expandindo as operações de crédito a taxas muito superiores, seja em comparação com a sua média do período precedente, seja em comparação com os bancos privados. Esta característica revela a atuação significativa do governo no combate à crise financeira internacional no país.

3 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO NO COMBATE À CRISE FINANCEIRA

Costa (2012) explica que para conseguir dispor de lucro antecipado e ganho de liquidez para a concessão de novo crédito e maior rotação de capital, as instituições financeiras norte-americanas vendiam seus créditos imobiliários no mercado secundário, empacotados sob a forma de títulos, em outras palavras, praticavam securitização. Nessas operações, os investidores recebiam juros compatíveis com os cobrados dos mutuários de alto risco. O processo trazia consigo uma aparente redução dos riscos microeconômicos do crédito, mercado e liquidez, devido à transferência de do ativo para outros investidores. Rapidamente estes títulos financeiros (Certificações de Recebíveis Imobiliários) se espalharam pelo mercado mundial chegando até a servir de base para operações derivativas no mercado futuro. Porém, com o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos houve uma desvalorização significativa dos imóveis e a onda de inadimplência generalizou-se numa crise sistêmica em âmbito internacional, capaz de paralisar todo o mercado interbancário.

Freitas (2009) aponta que o Brasil foi atingido fortemente por esta crise tanto pela via do comércio exterior como pela via de fluxos financeiros, afetando inclusive as linhas de crédito comercial. Ao se depararem diante de um cenário de congelamento dos mercados interbancários e financeiros com abrupta desvalorização do real associada à fuga para segurança dos investidores estrangeiros e à desmontagem das operações com derivativos cambiais realizadas pelas empresas, ocorreu uma deterioração das expectativas dos bancos que reagiram contraindo crédito e empochando a “liquidez”.

Ao longo de 2008, segundo a autora, os bancos precisaram superar dificuldades crescentes para renovar suas linhas de crédito externas, responsáveis pela sustentação das operações de repasse e de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). Entretanto, com a falência do Lehman Brothers, ocorreu uma interrupção da concessão de crédito com recursos externos no mercado doméstico, o que afetou seriamente o financiamento do comércio exterior brasileiro e exigiu providências do governo federal para assegurar o fornecimento de recursos para essa atividade.

A autora também ressalta que o Brasil vivia um momento de auge (estava completando uma sequência de seis trimestres de crescimento e aceleração) até ser atingido pelos efeitos da crise internacional. Nesse contexto, onde as empresas produzem mais e estão planejando novos investimentos, a importância do crédito é inquestionável, tanto para o giro como para a expansão da produção. Contudo, com a reversão das expectativas a reação dos bancos foi um excesso de prudência onde houve uma forte retração do crédito, obrigando as empresas a rever seus planos de produção e investimento, resultando em uma rápida desaceleração da atividade econômica no último trimestre do ano.

O governo federal respondeu de forma imediata à contração de crédito providenciando uma expansão da liquidez. Reduziu rapidamente os depósitos compulsórios do sistema bancário e injetou cerca de 3,3% do PIB no mercado bancário ao final de 2008. Entretanto, como a Selic se mantinha em alta e o grau de incerteza nesse período se acentuou, houve resistência dos bancos em emprestar os recursos liberados pelo BC, e acabaram optando por direcioná-los para operações compromissadas com a própria autoridade monetária. Diante disto, a

maior parte do compulsório foi reabsorvida pelo próprio BC em operações de mercado aberto. (Barbosa e Souza 2010, p 25)

Assim, Araújo e Gentil (2011) apontam que enquanto essas medidas não surtiam efeito os principais bancos (BB, CEF e BNDES) públicos foram utilizados para suprir o mercado de crédito brasileiro, visando reverter o quadro oriundo das medidas cíclicas dos bancos privados.

Segundo Costa (2012) A Caixa Econômica Federal conquistou, referente ao ano de 2009, 8,9% do mercado de crédito do país, saindo de uma quota de mercado de 6,5% em 2008. Após ter crescido 56% em sua oferta de financiamentos à economia no primeiro ano após a crise, a meta era atingir 9,7% ainda em 2010. O crescimento da carteira imobiliária foi de 55% em 2009 sobre o ano anterior; o crédito consignado teve uma expansão de 60%; e o capital de giro alcançou um aumento dos índices ainda mais significativos, cerca de 84%. Por outro lado, o Banco do Brasil chegou a uma quota de mercado de inéditos 20,4% (seu padrão histórico girava em torno de 16% e 17%). No ano de 2009, a expansão do crédito do BB foi de mais de 40%. Já o BNDES elevou seus desembolsos no mesmo ano para R\$ 137 bilhões, um aumento de 49% comparado ao ano anterior, quando iniciou a crise mundial.

Os bancos federais, que em setembro de 2008, tinham um volume de empréstimos equivalente a 12,8% do PIB, alcançaram o patamar de 18,6% do PIB em 2009, assumindo um lugar que antes era do sistema financeiro privado nacional que, embora tenha apresentado alta em relação à 2008 (16,6% do PIB), foi responsável por 18,2% do PIB em créditos concedidos em 2009. Os bancos estrangeiros nesse ranking praticamente mantiveram-se estáveis, foram de 8% em setembro para 8,2% do PIB em dezembro de 2009. O volume de crédito total alcançou o patamar de 45% do PIB, um aumento significativo visto os 39,7% do PIB de 2008. Entretanto, o que cresceu mesmo foram as operações com recursos direcionados, concedidos pelos bancos públicos, que saíram de 11,5% para 14,6% do PIB em 2009. Por fim os recursos livres também apresentaram crescimento, saíram de 28,2% para 30,4% do PIB entre 2008 e 2009, anos da crise.

O autor ainda afirma que os bancos públicos exerceram um papel fundamental na disponibilização do crédito no período da crise. O crescimento do

saldo de operações de crédito desses bancos, entre setembro de 2008 e junho de 2010, foi de 63,9%, superior ao dos bancos privados de capital (19,7%) e dos estrangeiros (9,4%). A participação dos bancos públicos no saldo total de crédito do SFN foi de 42,3% e, junho de 2010, ante 40,1% dos privados nacionais e 17,6% dos estrangeiros no mesmo período.

Por fim, ao analisar a oferta de crédito total do país, no período entre 2005 e 2010, Costa (2012) observou que a participação do BNDES no início correspondia a 20,3%, caiu para 17,1% em 2007 e 2008, dado o maior crescimento de outros bancos, voltando a subir para 20,2% em 2010, devido ao menor ritmo na oferta de recursos por parte dos concorrentes durante a crise financeira global.

O destino dos financiamentos é cíclico: antes de 2004, a maior demanda por crédito era para modernização, como compra de máquinas e equipamentos. Em 2005, os pedidos de financiamentos de grandes projetos de longo prazo cresceram, tais como novas plantas e ampliações existentes. No espaço de tempo entre 2010 e 2013, na área de infra-estrutura, os setores de logística (ferrovias, transporte e portos, em conjunto com os projetos voltados para os eventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) lideraram o crescimento do investimento.

Diante destas análises é possível concluir que os bancos públicos cumpriram um papel diferenciado no fornecimento de crédito e tiveram um papel anticíclico fundamental contra a crise financeira recente sobre a economia brasileira. Deixando clara:

a importância de se ter bancos públicos competitivos e inseridos dentro de um contexto estratégico de política econômica, de forma que suas ações são complementares à atuação da autoridade monetária. Isto porque, em um ambiente de forte incerteza no qual o crédito se contrai abruptamente, não apenas uma política monetária expansionista é importante para gerar a liquidez necessária ao sistema, mas também a atuação dos bancos públicos, uma vez que suas ações modificam o marketshare do setor e, portanto, em última análise, impactam a lucratividade e performance dinâmica dos demais bancos. (Correa et al 2010, p 13)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do spread bancário traz como evidência a existência de resquícios do período de adaptação bancária da década de 90, encontrando-se em patamares elevados que maximizam os lucros das instituições e impedem a redução do custo do crédito no país. Contudo, vem demonstrando tendência de baixa que pode vir a ser acentuada caso as políticas hajam sobre os determinantes do spread, reduzindo seus custos e incentivando a concorrência entre as instituições.

Ainda assim, observou-se uma crescente demanda por crédito os anos 2000 e 2012, tendo uma evolução constante e significativa a partir do ano de 2003, mesmo ano onde o crédito ao consumo, marca do governo Lula, foi expandido. Entretanto, com a crise eclosão da crise houve uma contração do crédito por parte dos bancos privados, nacionais e estrangeiros, que forçou as instituições bancárias públicas à assumirem a liderança deste mercado.

Na verdade, o que se observou após o ano de 2008, foi a utilização dos bancos públicos em uma atuação anticíclica executada no mercado de crédito. Neste cenário, CEF, BB e BNDES supriram a demanda de crédito de maneira a não só corrigir os gargalos deixados pela ação cíclica das instituições bancárias privadas, mas também atuando de forma a expandir sua atuação neste setor. Assim, é possível afirmar que o uso de política monetária expansionista por si só não haveria alcançado seus objetivos se os bancos públicos não tivessem atuado em conjunto com o mesmo, trazendo assim a evidência de sua necessidade no Sistema Financeiro Nacional.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R.; KÖHLER, M. A.; FREITAS, P. S. **Evolução e determinantes do spread bancário no Brasil**. Senado Federal, Centro de Estudos da Consultoria. Textos para Discussão: n. 61. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-61-evolucao-e-determinantes-do-spread-bancario-no-brasil>. Acesso em: 09/2014.
- ARAÚJO, V. L., **Preferência Pela liquidez dos Bancos Públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010**. IPEA. Textos para Discussão nº1717. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1717.pdf Acesso em: 11/2014.
- ARAÚJO, V. L.; GENTIL, D. L. **Avanços, recuos, Acertos e Erros: Uma Análise da Resposta da Política Econômica Brasileira à Crise Financeira Internacional**. IPEA. Textos para Discussão nº1602. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1602.pdf Acesso em: 11/2014.
- BANCO CENTRAL. **Relatório de economia Bancária e Crédito 2012**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2012.pdf Acesso em: 10/2014.
- BARBOSA, N; SOUZA, J. A. P. **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.
- CORREA, P. R. R. et al. **A Estrutura do Setor Bancário Brasileiro e o Ciclo Recente de Expansão do Crédito: O Papel dos Bancos Públicos**. 38º Encontro Nacional de Economia Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-22dde5ba072ede09d99837a4eea5973c.pdf> Acesso em: 10/2014.
- COSTA, F. N., **Brasil dos Bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- FEBRABAN. **Relatório Anual FEBRABAN 2012**. Disponível em: http://www.febraban.org.br/7Rof7SWq6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Febraban_RA2012_11.pdf Acesso em: 10/2014.
- FREITAS, M. C. P. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito**. Estudos Avançados. Vol. 23, nº 66, p 125-145. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a11v2366.pdf>. Acesso em: 09/2014.
- OREIRO, J. L. C. et al. **Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário no Brasil: Teoria e Evidência Recente**. Revista Economia Aplicada, vol.10, nº 4, p.

610-634, Ribeirão Preto 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n4/a07v10n4.pdf>. Acesso em: 10/2014.